

Política de "discriminação positiva" posta em causa nos EUA

Ao tomar posição contra as quotas destinadas aos negros na Universidade de Chicago, que estão a ser alvo de discussão no Supremo Tribunal, o presidente George W. Bush põe em causa as políticas de discriminação positiva instauradas nos anos 60.

A "discriminação positiva" nos Estados Unidos, objecto de apaixonados debates, reflecte a dificuldade de integrar as minorias na sociedade americana, com um passado segregacionista e cada vez mais multiétnica. Ao tomar posição contra as quotas destinadas aos negros na Universidade de Chicago, que estão a ser alvo de discussão no Supremo Tribunal, o presidente George W. Bush relançou o debate nacional sobre estas políticas instauradas nos anos 60.

"Em princípio terminamos com a separação das sociedades branca e negra há 40 anos (...) mas na realidade os Estados Unidos ainda continuam muito divididos racialmente", refere Allan Lichtman, professor de ciências políticas na American University. A maioria dos afro-americanos continua a frequentar estabelecimentos escolares separados, negros e brancos não vão aos mesmos restaurantes e os casamentos interraciais continuam a ser raros, observa este especialista. Economicamente, a distância "continua a ser muito grande", tanto em relação aos salários quanto à riqueza, adverte Lichtman, acrescentando que nos Estados Unidos não há governadores nem senadores negros.

Por outro lado, quase todos os legisladores negros da Câmara de Representantes vêm de distritos de maioria negra e pobre, em geral do sul do país. Os negros e os hispânicos, que representam respectivamente 12% e 10% da população, estão desempregados numa proporção muito maior do que a população branca. Há três meses atrás, a taxa de desemprego entre os negros era de 11,5%, contra 7,9% dos hispânicos e 5,1% dos brancos.

Segundo Lichtman, os brancos continuam a ser o "grupo privilegiado" e os negros sentem-se, em parte, como uns "excluídos da sociedade". Os programas de promoção social e económica das minorias, conhecidos como discriminação positiva, têm sido "um dos sucessos" nos esforços feitos para derrubar as barreiras raciais nos Estados Unidos, acrescenta. Além do acesso à educação, estas medidas abriram aos negros, e também às mulheres e outras minorias, postos de trabalho na polícia, no governo federal e no funcionalismo público das autarquias locais.

Para o professor Derek Bok, ex-reitor da Universidade de Harvard e especialista dos efeitos da discriminação positiva nas universidades, sem estes programas voluntaristas, a situação das minorias seria notoriamente pior. "A grande maioria dos estudantes negros e hispânicos não seria admitida nas prestigiadas escolas de medicina, direito e de administração de empresas sem estes programas", refere o analista. Para ele, a proporção de estudantes negros nestas grandes universidades, actualmente de 6 ou 7%, cairia para menos de 1%.

Um desmantelamento das políticas de discriminação positiva poderia causar, numa sociedade cada vez mais etnicamente diversificada, uma maior percentagem de brancos nas profissões liberais e outras posições de poder nos próximos 25 ou 30 anos, afirma Bok. Por essa altura, os negros e os hispânicos deveriam representar um terço da população, segundo as projecções demográficas.